ATA N.º 20/2017

-----Ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede realizada no dia 17 de outubro de 2017.-----

-----Aos dezassete dias do mês de outubro de 2017, nesta Cidade de Cantanhede, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede, pelas 14h40 horas, sob a Presidência da Senhora Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira e com a participação dos Senhores Vereadores, Dr. Pedro António Vaz Cardoso, Professor; Dr. Luis Miguel Santos Silva, Médico; Júlio José Loureiro Oliveira, Empresário; Enf.ª Célia Maria de São José Simões, Enfermeira; Dr. Adérito Ferreira Machado, Técnico de análises clínicas e Arq.º Gonçalo Henrique de Aguiar Magalhães, Arquiteto. Foi presente o Resumo de Tesouraria, n.º 217, datado de 16/10/2017, na importância de 1.965.692,23 € (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e dois euros e vinte e três cêntimos). Tendo sido previamente distribuída por todos os membros do Executivo, através de e-mail, o texto da ata n.º 19/2017, foi a mesma dispensada da sua leitura e aprovada por maioria, tendo de seguida sido assinada. Abstiveram-se os Senhores Vereadores, Dr. Adérito Machado, Dr. Luis Silva e Arq.º Gonçalo Magalhães, em virtude de não terem participado na reunião, em causa. Posto isto e com a presença dos Senhores, Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Coelho de Abreu, do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. José Negrão, procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos antecipadamente entregue a todos os membros. A Senhora Presidente deu as boas vindas a todos os elementos do Novo Executivo tendo realçado a presença do vereador Dr. Luis Silva, uma vez que, por motivos profissionais não esteve presente no ato de posse dos órgãos autárquicos. O

Vereador, Dr. Luis Silva, felicitou a Senhora Presidente pela vitória conseguida e informou que por parte dos elementos do PS, no Executivo, poderão contar com uma postura construtiva de defesa de interesses do Concelho de Cantanhede. A Sr.^a Presidente da Câmara salientou a forma correta e civilizada como decorreu a campanha eleitoral, estando reunidas as condições para um trabalho profícuo por parte da Câmara Municipal com o objetivo de desenvolver o Concelho. De seguida apresentou os membros do Executivo a todas as chefias/responsáveis da Câmara Municipal, presentes na sala, e conseqüente apresentação destes a toda a vereação.

1 – INCÊNDIOS DE GRANDES DIMENSÕES NO CONCELHO DE CANTANHEDE

NOS DIAS 15 E 16 DE OUTUBRO 2017 – A Senhora Presidente da Câmara fez o ponto de situação relativamente aos incêndios que assolaram o Concelho de Cantanhede nos passados dias 15 e 16 de outubro. Falou dos dois focos de incêndio registados no Bolho e na Tocha. Realçou o drama sentido na freguesia da Tocha, designadamente, nas Berlengas, junto ao Parque de Campismo da Praia da Tocha, na Caniceira, Escoural e nas Cochadas. Informou que, na sequência deste incêndio ocorreu a destruição total das instalações da empresa Sanindusa 2, na Zona Industrial da Tocha, com um prejuízo na ordem dos 25M€ e a perda de 140 postos de trabalho. Na zona da Tocha há ainda a registar a destruição total de uma oficina, bem como de várias unidades agropecuárias, das quais resultaram na morte de várias dezenas de animais, essencialmente ovinos e caprinos. Salientou que neste incêndio que deflagrou na zona de Quiaios, passou por Cantanhede e se dirigiu para Mira, resultou numa área ardida no Concelho de Cantanhede de cerca de 6.000 ha. Destacou o comportamento inexcelável das populações no combate ao incêndio, bem como o papel dos Bombeiros, Serviço Municipal de Proteção Civil, GNR, Juntas de Freguesia, Unidades de Saúde e demais entidades envolvidas. Enalteceu a onda de solidariedade gerada

no Concelho aos mais diversos níveis, destacando o acolhimento verificado às populações do concelho de Mira desalojadas com o Incêndio e que foram abrigadas no Quartel da AHBV Cantanhede, no Centro Paroquial de S. Pedro e no Hotel de Cantanhede. Por último, referiu já ter feito o reconhecimento de toda a zona ardida, estando já no terreno equipas da Autarquia em articulação com a Junta de Freguesia da Tocha a efetuar os levantamentos necessários com vista ao eventual apoio do Governo para esta zona, já declarada de calamidade pública, tendo também informado que estão a ser tomadas todas as medidas com vista a minimizar o sofrimento das populações atingidas. Por parte da Vereadora Enf^a. Célia Simões foi referido o impacto que o incêndio teve na freguesia da Tocha, nomeadamente, junto ao Hospital Rovisco Pais, situação que viveu de perto, tendo sido adotadas algumas medidas de emergência para aquela unidade de saúde. O Senhor Vereador Júlio de Oliveira realçou a destruição total da empresa Sanindusa 2, na Zona Industrial da Tocha, com um prejuízo de mais de 20 M€ e a perda de 140 postos de trabalho. Comunicou ao Executivo ter informação dos responsáveis daquela empresa de que é sua intenção recuperar aquela unidade industrial, assegurar os postos de trabalho e colocar a mesma a laborar no mais curto espaço de tempo possível. Referiu-se ainda aos Sapadores da Tocha, da importância da sua ação, processo que conhece pois esteve na sua génese. Referiu-se também à ação da Autoridade Nacional da Proteção Civil, à dispensa de bombeiros e meios aéreos e à assunção das respetivas responsabilidades por parte das entidades competentes. Por último, fez um apelo à Senhora Presidente da Câmara para que conjuntamente com a Inova possa avaliar uma solução para os gastos elevados de água no período dos fogos. O Senhor Vereador Arq^o. Gonçalo Magalhães referiu que a intervenção imediata não resolve o assunto, sendo necessário efetuar uma aposta no ordenamento do território e depois

na gestão e conservação dos diferentes espaços, nomeadamente, do florestal. O Senhor Vereador Júlio de Oliveira, em complemento das anteriores comunicações, afirmou ser urgente efetuar o levantamento cadastral das propriedades de forma a colocar em marcha um plano de ação, bem como as medidas de prevenção necessárias à preservação da nossa floresta. Por parte do Senhor Vice-Presidente, Dr. Pedro Cardoso, foi afirmado que o problema é de falta de ordenação do Estado e do desnorde na ação da Autoridade Nacional da Proteção Civil. Afirmou ser urgente o apuramento de responsabilidades, em respeito pelo número de vítimas, bem como avaliar as medidas tomadas e as falhas ocorridas, sob pena da “culpa morrer solteira” e ninguém ser responsável por nada. *A Câmara tomou conhecimento.*-----

2 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 33.º, 34.º E 39.º DA LEI

Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:- A Senhora Presidente apresentou à Câmara uma proposta por si subscrita, em 17/10/2017, do seguinte teor: “A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. De entre os vários aspetos da citada Lei, importa desde já referir o regime de competências da Câmara Municipal e a sua delegação no Presidente com a possibilidade de subdelegar nos Vereadores. Com vista à celeridade, eficácia e operacionalidade desejáveis para garantir o pleno funcionamento da Autarquia ao serviço dos Municípios e ao abrigo do art.º 34º da citada Lei, proponho que a Câmara Municipal delegue na Presidente da Câmara, com a faculdade de subdelegar nos senhores Vereadores, as suas competências materiais constantes do art.º 33 bem como as suas competências de funcionamento previstas

no art.º 39, ambos do supra referido diploma legal, a saber: A - Competências materiais:

1) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações - alínea d), do nº 1 do art.º 33; 2) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba - alínea f), do nº 1 do art.º 33; 3) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG, atualmente (557 000,00€) - alínea g), do nº 1 do art.º 33; 4) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções - alínea h), do nº 1 do art.º 33; 5) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei - alínea l), do nº 1 do art.º 33; 6) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade - alínea q), do nº 1 do art.º 33; 7) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central - alínea r), do nº 1 do art.º 33; 8) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal - alínea t), do nº 1 do art.º 33; 9) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal - alínea v),

do nº 1 do art.º 33; 10) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos - alínea x), do nº 1 do art.º 33; 11) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos - alínea y), do nº 1 do art.º 33; 12) Executar as obras, por administração direta ou empreitada - alínea bb), do nº 1 do art.º 33; 13) Alienar bens móveis - alínea cc), do nº 1 do art.º 33; 14) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços - alínea dd), do nº 1 do art.º 33; 15) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal - alínea ee), do nº 1 do art.º 33; 16) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal - alínea ff), do nº 1 do art.º 33; 17) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, alínea gg) - do nº 1 do art.º 33; 18) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos - alínea ii), do nº 1 do art.º 33; 19) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos - alínea jj), do nº 1 do art.º 33; 20) Declarar prescritos a favor do Município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura - alínea kk), do nº 1 do art.º 33; 21) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central - alínea ll), do nº 1 do art.º 33; 22) Designar os representantes do Município nos conselhos locais - alínea mm), do nº 1 do art.º 33; 23) Participar em órgãos consultivos

de entidades da administração central - alínea nn), do nº 1 do art.º 33; 24) Administrar o domínio público municipal - alínea qq), do nº 1 do art.º 33; 25) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos - alínea rr), do nº 1 do art.º 33; 26) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios - alínea tt), do nº 1 do art.º 33; 27) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do Município - alínea uu), do nº 1 do art.º 33; 28) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do Município - alínea ww), do nº 1 do art.º 33; 29) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição - alínea yy), do nº 1 do art.º 33; 30) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do Município - alínea zz), do nº 1 do art.º 33; 31) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado - alínea bbb), do nº 1 do art.º 33. B - Competências de funcionamento: 1) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal - alínea b) do art.º 39; 2) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros - alínea c) do art.º 39;. São indelegáveis no Presidente da Câmara as matérias previstas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa) e ccc) do nº 1 do art.º 33 e o previsto na alínea a) do art.º 39 do mencionado diploma legal. C – Delegação de competências em matéria de realização de despesa, contratação pública e em matéria fiscal: 1) Autorizar a realização de despesas até ao limite de 748 196 euros (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros), nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho; 2) Tomar a decisão de contratar prevista no nº 1 do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (CCP) – Decreto lei nº 18/2008, de 29 de janeiro na redação atual; 3) Decidir a forma de contratar, aprovar a minuta do contrato e a sua outorga, nos termos dos artigos 109º, 98º e 106º, do CCP, respetivamente; 4) Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas nos

termos dos artigos 267.º e seguintes do CCP, bem como, em sede de execução dos contratos públicos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante incluindo no que diz respeito a contratos sem valor, e ainda no respeitante à decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa; 5) Exercer todas as demais competências previstas no CCP, seja na fase de formação dos contratos ou na sua execução, que nele não sejam expressamente atribuídas, como por exemplo as previstas no artigo 69.º, n.º2; 6) Cobrar coercivamente os créditos da Autarquia, no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) e demais legislação conexa; 7) Exercer as competências previstas nas alíneas b) a j) do n.º 1 do artigo 10.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na sua atual redação.

D – Delegação de competências em matéria urbanística: 1) Conceder as licenças previstas no n.º 2 do artigo 4.º do RJUE à exceção das operações de loteamento e obras de urbanização; 2) Admitir ao abrigo do n.º 4 do artigo 5.º do RJUE, pedidos de informação prévia, designadamente das operações urbanísticas relativas a muros, independentemente da sua localização; 3) Promover a emissão de certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE; 4) Certificar a promoção das consultas a entidades externas, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º- B do RJUE; 5) Decidir a apreciação dos projetos de obras de edificação, ao abrigo do disposto no artigo 20.º do RJUE; 6) Designar a comissão de realização de vistoria prevista no n.º 1 do artigo 59.º do RJUE. 7) Autorizar a certificação para efeitos de constituição de propriedade horizontal prevista no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE; 8) Declarar as caducidades previstas no artigo 71.º, nos termos do seu n.º 5, com exceção das relativas aos loteamentos, bem assim como as declarações de caducidade previstas no n.º 6 do artigo 20.º do

RJUE; 9) Publicitar a emissão do alvará de licença de loteamento, nos termos do nº 2 do artigo 78.º do RJUE; 10) Proceder ao levantamento do embargo, nos termos previstos no nº 4 do artigo 84.º do RJUE; 11) Emitir, oficiosamente, alvará, nos termos previstos no nº 4 do artigo 84.º e nº 9 do artigo 85.º do RJUE; 12) Fixar prazo para a prestação de caução prevista no artigo 86.º do RJUE; 13) Decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização, nos termos previstos no artigo 87.º do RJUE; 14) Reconhecer o interesse para efeitos de conclusão de obras inacabadas, nos termos do nº 3 do artigo 88.º do RJUE; 15) Nomear técnicos para efeitos de vistoria prévia, nos termos previstos no nº 1 do artigo 90.º do RJUE; 16) Promover a realização de trabalhos de correção ou de alteração por conta do titular da licença ou autorização, nos termos previstos no nº 3 do artigo 105.º do RJUE; 17) Fixar o dia para que os serviços municipais procedam ao atendimento, nos termos do nº 5 do artigo 110.º do RJUE; 18) Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 38 382, de 7 de agosto de 1951, na sua redação atual; E – Delegação de competências no âmbito do Regulamento Geral do Ruído, previstas no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual, que aprovou o Regulamento Geral do Ruído, a seguir elencadas:

- 1) Efetuar a verificação do cumprimento do projeto acústico, no âmbito do procedimento de licenciamento ou autorização de utilização, podendo exigir a realização de ensaios acústicos, nos termos do n.º 5 do artigo 12º;
- 2) Conceder autorização para o exercício de atividades ruidosas temporárias, de acordo com o n.º 1 do artigo 15º;
- 3) Dispensar a exigência do cumprimento dos valores previstos no n.º 5 do artigo 15º, conforme n.º 8 do mesmo artigo;
- 4) Ordenar a adoção de medidas imprescindíveis para evitar danos nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do diploma. F -

Delegação de competências relativamente ao licenciamento de recintos de espetáculos e divertimentos públicos, previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na redação atual: 1) Designar os técnicos para a realização da vistoria, bem como convocar as entidades externas à Câmara, nos termos do artigo 11.º; 2) Averbar elementos ao alvará de licença de utilização, nos termos do artigo 13.º, n.º 2. F-

Delegação de competências no âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual, que regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis, e nas competências reservadas ao município: 1) Licenciar a atividade de vendedor ambulante; 2) Atribuir a licença para o exercício de atividade de arrumador de automóveis, e atividades conexas; 3) Decidir os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática de campismo e caravanismo, nos termos do artigo 18.º; 4) Exercer as competências fiscalizadoras e sancionatórias previstas no artigo 27.º; 5) Decidir pedidos de licenciamento de arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º, incluindo os casos do artigo 33.º; 6) Licenciar fogueiras por ocasiões específicas, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º; 7) Instaurar processos de contraordenação nos termos do n.º 1 do artigo 50.º, exercer as medidas de tutela de legalidade previstas no n.º 2, bem como exercer competências fiscalizadoras, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º.” *A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar nos seus precisos termos a proposta antes transcrita, delegando na Senhora Presidente da Câmara todas as competências ali referidas, com poderes para subdelegar, mandando implementar todas as medidas nela preconizadas e respetivos procedimentos legais. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos*

imediatos.-----

3- VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO:- A

Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que, por seu despacho datado de 13/10/2017, e nos termos do n.º 4, do art.º 58, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nomeou os Senhores Vereadores Dr. Pedro António Vaz Cardoso e Dr. Adérito Ferreira Machado para exercerem as suas funções, em regime de permanência e a tempo inteiro. *A Câmara tomou conhecimento.*-----

4 - NOMEAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:- A Senhora

Presidente deu conhecimento à Câmara que, por seu despacho datado de 13/10/2017, e nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, designou para Vice-Presidente o Senhor Vereador, em regime de permanência, Dr. Pedro António Vaz Cardoso. O Senhor Vereador, Dr. Pedro Cardoso, agradeceu a confiança depositada pela Senhora Presidente da Câmara, naquela nomeação. *A Câmara tomou conhecimento.*-----

5 – ATRIBUIÇÃO DOS PELOUROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE:-

A Senhora Presidente apresentou à Câmara uma proposta por si subscrita, em 13/10/2017, do seguinte teor: “Nos termos do n.º 4 do art.º 58.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, determino a seguinte distribuição de Pelouros: Presidente – Drª. Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira: Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico, Relações Institucionais Nacionais e Estrangeiras, Juntas de Freguesia, Gestão Financeira, Planeamento e Contratação Pública, Gestão de Recursos Humanos, Obras Municipais, Empresa Municipal, Comunicação Social, Imagem e Protocolo, Exposições/Grandes Eventos, Inovação e Modernização Administrativa, Turismo,

Proteção Civil. Vereador – Dr. Pedro António Vaz Cardoso (Vice-Presidente e Vereador em Regime de Permanência a Tempo Inteiro): Educação, Cultura, Gestão Urbanística e Ordenamento do Território, Gestão Administrativa e Jurídica, Qualidade e Certificação, Juventude. Vereador – Dr. Adérito Ferreira Machado (Vereador em Regime de Permanência a Tempo Inteiro): Desporto, Qualidade de Vida, Ambiente, Sustentabilidade e Saúde, Feiras e Mercados, Fiscalização e Contraordenações, Solidariedade e Ação Social, Recursos Naturais, Desenvolvimento Rural e Florestal, Segurança e Trânsito, Património e Edificações. Vereadores sem Pelouros: Júlio José Loureiro Oliveira, Enf.ª Célia Maria de São José Simões, Dr. Luís Miguel Santos Silva e Arq.º Gonçalo Henrique de Aguiar Magalhães. *A Câmara tomou conhecimento.*-----

6 - CRIAÇÃO DOS GABINETES DE APOIO À PRESIDÊNCIA E APOIO À

VEREAÇÃO:- A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que, por seu despacho datado de 13/10/2017, e nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 42 e pelo n.º 4 do art.º 43, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determinou a constituição do Gabinete de Apoio à Presidência com a seguinte composição: 1 Chefe de Gabinete e 1 adjunto tendo sido nomeados, respetivamente, Dr. Luis Pedro Casalta Martins de Castro e Sr. Emanuel Humberto Casas de Melo. Deu ainda conhecimento que, por seu despacho datado da mesma data, e nos termos do n.º 2 do art.º 42 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determinou a constituição do Gabinete de Apoio à Vereação com a seguinte composição: 2 secretárias, respetivamente a Coordenadora Técnica, Rosa Maria Almeida Duarte Pessoa, bem como a Assistente Técnica, Anabela de Fátima Santos Belchior. *A Câmara tomou conhecimento.*-----

-----Saiu o Senhor Vereador Júlio Oliveira-----

7 - NOMEAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, RENUMERAÇÃO DOS SEUS MEMBROS, FISCAL ÚNICO E DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO

MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL / INOVA – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE CANTANHEDE, E.M-S.A.:- A

Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma proposta por si subscrita em 17/10/2017, do seguinte teor: “Considerando que, nos termos do n.º 1 do art.º 11.º dos Estatutos da Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM-SA o mandato dos titulares dos órgãos sociais daquela empresa é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos; Considerando que, de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 15.º dos referidos Estatutos, compete à Assembleia Geral a eleição e exoneração do presidente do Conselho de Administração e dos restantes membros deste órgão; Considerando o disposto na Lei 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações entretanto introduzidas, bem como no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro, relativamente ao estatuto do gestor público; Considerando o currículo profissional e experiência demonstrados pelos Técnicos abaixo indicados, aliados ao conhecimento profundo dos objetivos e modo de funcionamento da empresa municipal; Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 15.º dos Estatutos daquela Empresa Municipal, compete à Assembleia Geral propor à Assembleia Municipal o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único; Considerando as funções atribuídas na Lei e nos estatutos da INOVA, EM-SA ao Presidente e restantes membros executivos do Conselho de Administração; Considerando o grau de complexidade das funções desempenhadas pelos membros executivos do Conselho de Administração, o grau de responsabilidade, bem como ao facto do exercício dessas funções deverem ser a tempo inteiro e em regime de exclusividade; 1 - Proponho ao Executivo a aprovação da constituição do Conselho de Administração da Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de

Cantanhede – EM-SA, a ser presente à Assembleia Geral, para eleição, dos seguintes elementos: - Eng^o. Idalécio Pessoa Oliveira que presidirá ao Conselho de Administração; - Júlio José Loureiro Oliveira (funções não executivas e não remuneradas); - Dr. Nuno Miguel Pinto Laranjo (com funções executivas e remuneradas). Decorrente da alteração da composição do Conselho de Administração da empresa municipal, cessa a cedência de interesse público dos Técnicos Superiores Eng^o. António Patrocínio Alves e Dr. Serafim Castro Pires que se encontravam na Inova – EM-SA, retomando aqueles trabalhadores funções na Câmara Municipal a partir do dia seguinte à eleição em causa (18/10/2017).

2 – Proponho a aprovação do montante remuneratório dos membros do Conselho de Administração da Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM-SA, a ser presente à Assembleia Geral e posterior envio à Assembleia Municipal, nos seguintes valores: Ao Presidente do Conselho de Administração - Remuneração mensal ilíquida – 2.609,84 €; - Despesas de representação a quantia mensal de 533,27 €. Membro do Conselho de Administração com funções Executivas: - Remuneração mensal ilíquida – 2.609,84 €; - Despesas de representação a quantia mensal de 400,00 €. Àqueles membros serão pagos o subsídio diário de alimentação, o subsídio de férias e de natal, bem como os dias de férias, todos calculados por aplicação do normativo legal em vigor para a função pública, bem como quanto a eventuais atualizações. As remunerações e despesas de representação serão atualizadas anualmente, no mês de janeiro, aplicando-se às mesmas os aumentos verificados para os vencimentos na função pública.

3 - Proponho aprovação, no âmbito do exercício das funções de Fiscal Único da empresa municipal, a ser presente à Assembleia Geral e posterior envio à Assembleia Municipal, o ROC Pinto Castanheira, SROC, Sociedade Unipessoal, a quem serão pagos como honorários a quantia mensal de 625,00€ + IVA, com as atualizações legais de acordo

com a tabela oficial dos Revisores Oficiais de Contas. 4 - Torna-se ainda necessário proceder à designação do representante do Município na Assembleia Geral da Inova - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM-SA, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 14.º dos Estatutos, pelo que proponho para aquele efeito a signatária.” *A Câmara, por unanimidade deliberou aprovar nos seus precisos termos a proposta, antes transcrita, apresentada pela Senhora Presidente da Câmara. Mais deliberou a Câmara, também, por unanimidade, mandar submeter à Assembleia Municipal, com vista à sua aprovação, o valor da renumeração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 15 dos Estatutos da Empresa Municipal. A Senhora Presidente deixou votos ao Conselho de Administração da realização de um bom trabalho. Referiu estar confiante nesta equipa, na sua experiência e no seu conhecimento. Está certa de que, os Membros do Conselho de Administração da Inova irão dar continuidade ao trabalho de excelência no sector da Água, Saneamento, Espaços Verdes e Expofacic, desenvolvido pelo anterior Conselho de Administração. Realçou, também, a experiência e a sensatez do Vereador Sr. Júlio de Oliveira. Acredita que esta equipa dá garantias de um trabalho profícuo em prol do Concelho nas valências em que opera. Espera que exista uma intensificação no diálogo entre os técnicos da Câmara Municipal e a Inova - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. Presente na sala o Senhor Eng.º Idalécio Oliveira, novo Presidente do Conselho de Administração da Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., o qual após cumprimentar todos os presentes, felicitou a Senhora Presidente e restantes eleitos, desejando a realização de um bom trabalho para este novo mandato. De seguida, referiu estar bastante honrado com o convite que lhe foi endereçado para o cargo, o qual irá tentar desempenhar da melhor forma*

possível. Destacou o conhecimento e experiência adquirida ao longo dos anos e o apoio que, nesta matéria, sempre lhe foi manifestado pelos colegas mais velhos, enaltecendo o papel do Eng.º António Adelino Coelho de Abreu. Afirmou estar consciente da grande responsabilidade que irá ter pela frente, tendo em conta o patamar de excelência e de qualidade atingidos pela empresa municipal e referiu que tudo irá fazer para honrar e valorizar o trabalho que foi feito até ao momento pelos responsáveis da Inova. O Dr. Nuno Laranjo, novo administrador da Inova, também presente na sala, agradeceu a confiança depositada e referiu ter uma grande vontade de trabalhar, sempre num espírito de rigor e exigência. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

8 – PROPOSTA DE REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE /

APROVAÇÃO:- A Senhora Presidente apresentou à Câmara a proposta de Regimento da Câmara Municipal de Cantanhede, documento do qual foi entregue uma fotocópia a todos os membros. *A Câmara, por unanimidade, depois de proceder à sua apreciação, deliberou aprovar o Regimento da Câmara Municipal de Cantanhede, para o presente mandato, documento do qual ficará um exemplar arquivado em pasta anexa ao presente livro de atas. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----*

9 - DOAÇÃO DE DOCUMENTOS DESTINADOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CANTANHEDE / MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO 2017:-

O Senhor Vice-Presidente Dr. Pedro Cardoso apresentou à Câmara uma informação prestada em 04/10/2017 pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor: “Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar doações, legados e heranças a benefício do inventário. Pelo exposto, junto se anexa a relação das ofertas efetuadas à Biblioteca Municipal durante

os meses de julho, agosto e setembro de 2017.” A Câmara, por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, deliberou aceitar e agradecer as doações constantes das relações anexas às informações, prestadas por aquela Divisão, respeitantes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017, as quais ficarão arquivadas em pasta anexa ao presente livro de atas, publicações estas que em muito irão enriquecer o espólio bibliográfico da Biblioteca Municipal de Cantanhede. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

10 - 2.º RELATÓRIO SEMESTRAL DO ANO DE 2017 / PLANO DE SANEAMENTO

FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE:- A Senhora Presidente apresentou

à Câmara uma informação prestada em 17/10/2017 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, do seguinte teor: “Em resultado da aprovação dos órgãos autárquicos, executivo e deliberativo em 15 e 23 de dezembro de 2009, respetivamente, o Município de Cantanhede efetuou em finais de 2009 uma operação de saneamento financeiro (prevista no artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de junho) através da contratualização de um empréstimo no montante de 16.000.000,00 euros com um sindicato bancário constituído pelo Banco BPI, SA e a Caixa geral de Depósitos, SA. Conforme decorre do disposto a alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da atrás referida Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, os órgãos executivos, durante o período do empréstimo ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro cuja apreciação competirá à Assembleia Municipal, devendo igualmente, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 07 de março, serem estes enviados no prazo de 30 dias após o término de cada semestre, aos membros

do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais. Assim, apresenta-se o segundo relatório semestral de 2017, cujos valores reportam à data de 30 de setembro de 2017. Da sua análise, evidenciam-se as principais métricas: BALANÇO: O Plano estimava, para o ano de 2017, um Ativo de cerca 99,6 milhões de euros, quando o valor registado a 30 de setembro se cifrou em cerca de 113 milhões de euros; Quanto aos Fundos Próprios, era previsto que esta massa patrimonial fosse avaliada em cerca de 68,4 milhões de euros, mas o valor real a 30 de setembro foi de 113 milhões de euros; ENDIVIDAMENTO: a 30 de setembro de 2017, o Município de Cantanhede cumpriu, com uma margem bastante positiva de 5.219.799,66 euros o limite ao endividamento de médio e longo prazo imposto por lei, prevendo-se, ainda, que o ano de 2017 terminará com um endividamento de médio e longo prazo na ordem dos 10.493.851,32 euros, tornando essa margem ainda mais confortável e que se estima em 5.862.154,86 euros. De acordo com estas métricas, conclui-se que as exigências plasmadas no Plano de Saneamento Financeiro estão a ser cumpridas. Face ao exposto, sugere-se que o II Relatório Semestral do ano de 2017 seja remetida à Próxima Reunião de Câmara, para que, posteriormente, seja enviado à Assembleia Municipal." *A Câmara, por unanimidade, deliberou: 1) Aprovar o 2º Relatório Semestral de Acompanhamento do ano de 2017 relativo ao Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, documento do qual ficará o original arquivado em pasta anexa ao presente livro de atas; 2) Mandar submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal, no sentido de se dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro; 3) Enviá-lo, no prazo de 30 dias, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e das Autarquias Locais a fim de dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março. A ata foi aprovada em minuta, quanto a*

esta parte, para efeitos imediatos.-----

11 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS PELO PERÍODO DE DOIS ANOS / CONCURSO PÚBLICO / ADJUDICAÇÃO:-

A Senhora Presidente apresentou à Câmara uma informação prestada em 17/10/2017 pelo Júri do Concurso, do seguinte teor: “Na sequência dos poderes delegados a este Júri, por deliberação camarária datada de 16/08/2017, e na sequência do “Relatório Preliminar”, para cumprimento do disposto no artigo 123.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, procedeu-se à audiência prévia dos concorrentes. Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados para consultarem o processo do concurso, tendo beneficiado do prazo de 5 (cinco) dias úteis, estabelecido no número 1, do artigo 123.º, do Decreto-Lei supra mencionado. O prazo para os concorrentes se pronunciarem terminou no dia 03 de outubro de 2017, não tendo sido apresentada qualquer reclamação ou objeção ao referido no “Relatório Preliminar”, datado de 26 de setembro de 2017, pelo que o processo se encontra em condições de poder ser proferida a decisão final, propondo o presente Júri que a adjudicação, do procedimento mencionado em epígrafe, seja efetivada de acordo com o exposto no referenciado relatório preliminar, ou seja, de realizar a adjudicação à proposta economicamente mais vantajosa, isto é a apresentada pela empresa Fidelidade - Companhia de Seguros, S. A., pelo valor global de 187.542,76 € (cento e oitenta e sete mil quinhentos e quarenta e dois euros e setenta e seis cêntimos), isentos de IVA nos termos do número 28, do artigo 9.º do CIVA, considerando o exposto nos quadros anexos, diga-se o Quadro 1, que evidencia, para além da respetiva proposta de preços, por apólices e anuidades, os riscos, as coberturas e as franquias, para cada

apólice, o Quadro 2, que discrimina os prémios do Ramo Automóvel, por viatura, máquina e motociclo a segurar e anuidade e, o Quadro 3, que discrimina os prémios do Ramo de Multiriscos, por imóvel a segurar e anuidade. O Contrato vigorará por dois anos, com início da vigência das apólices a 01 de janeiro de 2018 e terminus a 31 de dezembro de 2019. As propostas apresentadas não serão objeto de Leilão Eletrónico. As quantias devidas pelo Município de Cantanhede, nos termos do anteriormente expresso, devem ser pagas no prazo legal estabelecido para esta atividade económica. Em caso de discordância por parte do Município de Cantanhede, quanto aos valores indicados nos avisos de recibos, deve este comunicar ao adjudicatário por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo aviso recibo corrigido ou atuar de acordo com as normas contabilísticas legalmente aceites. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Município, com exceção do indicado abaixo. Só são permitidas alterações às taxas das apólices se estas resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento da entidade adjudicante e mais, apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras. Não será exigida a apresentação de caução nos termos do número 2, do artigo 88.º, do Código dos Contratos Públicos. Nos termos do número 1, do artigo 94.º, Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito à redação de contrato a escrito, pelo que junto se anexa a minuta do contrato para aprovação superior. O presente procedimento não se encontra sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, dado o valor a adjudicar supramencionado. O eventual custo com o presente

procedimento deverá onerar as rubricas que a seguir se discriminam, onde se encontra previamente cabimentado o presente procedimento, sob os números expressos, pelo valor base do mesmo, devidamente distribuído pelas mencionadas rubricas, nos anos de 2017, 2018 e de 2019 face aos diversos ramos de seguro, objeto do procedimento, ao período de vigência do contrato e aos preços estimados para os mesmos, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder às correções dos valores dos respetivos cabimentos para os valores a adjudicar, bem como aos competentes compromissos dos mesmos, conforme expresso no Quadro 4, em anexo, sendo que os seus dados se resumem: Rubrica orçamental 02 01030901 - “Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para a apólice de Seguro de Acidentes de Trabalho - Subscritores da CGA, sob o número RI Concurso 1746/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 3.795,36 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (2 meses da anuidade de 2018); Ano 2018: 22.772,16 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (10 meses da anuidade de 2018 e 2 meses da anuidade de 2019); Ano 2019: 18.976,80 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (10 meses da anuidade de 2019). Rubrica orçamental 02 01030901 - “Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para a apólice de Seguro de Acidentes de Trabalho - Não Subscritores da CGA, sob o número RI Concurso 1747/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 933,96 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (2 meses da anuidade de 2018); Ano 2018: 5.603,76 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (10 meses da anuidade de 2018 e 2 meses da anuidade de 2019); Ano 2019: 4.669,80 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (10 meses da anuidade de 2019). Rubrica orçamental 02 02021201 - “Seguro de Veículos”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para as apólices de Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel, sob o número RI Concurso 1748/2017, de

11/08/2017: Ano 2017: 16.338,12 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 16.338,12 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2019). Rúbrica orçamental 02 02021202 - “Seguro de Edifícios e Mobiliário”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para as apólices de Seguro de Multiriscos, sob o número RI Concurso 1749/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 28.679,94 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 28.679,94 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2019). Rúbrica orçamental 02 0202120402 - “Seguro de Acidentes Pessoais - diversos”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para a apólice de Seguro de Acidentes Pessoais - Autarcas - Câmara Municipal, sob o número RI Concurso 1750/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 372,40 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 372,40 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2019). Rúbrica orçamental 01 0202120402 - “Seguro de Acidentes Pessoais - diversos”, da Assembleia Municipal, para a apólice de Seguro de Acidentes Pessoais - Autarcas - Assembleia Municipal, sob o número RI Concurso 1751/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 62,30 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 62,30 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2019). Rúbrica orçamental 02 0202120402 - “Seguro de Acidentes Pessoais - diversos”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para a apólice de Seguro de Acidentes Pessoais - Bombeiros, sob o número RI Concurso 1752/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 7.885,20 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 7.885,20 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2019). Rúbrica orçamental 02 0202120402 - “Seguro de Acidentes Pessoais - diversos”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para a apólice de Seguro de Acidentes Pessoais - Desportivo, sob o número RI Concurso 1753/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 5.760,00 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 5.760,00 €, isentos de IVA nos

termos do CIVA (anuidade de 2019). Rúbrica orçamental 02 0202120402 - “Seguro de Acidentes Pessoais - diversos”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para a apólice de Seguro de Acidentes Pessoais - Voluntariado, sob o número RI Concurso 1754/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 297,50 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 297,50 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2019). Rúbrica orçamental 02 02021205 - “Seguro de Responsabilidade Civil”, da Câmara Municipal e Serviços Municipais, para a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral de Exploração, sob o número RI Concurso 1755/2017, de 11/08/2017: Ano 2017: 6.000,00 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2018); Ano 2018: 6.000,00 €, isentos de IVA nos termos do CIVA (anuidade de 2019). Deste modo, e face ao exposto acima evidencia-se que, em suma, o valor de adjudicação do procedimento (187.542,76 €), distribui-se anualmente nos seguintes termos: i) Ano 2017: 70.124,78 €; ii) Ano 2018: 93.771,38 €; iii) Ano 2019: 23.646,60 €

No entanto, importa ressaltar da necessidade de ajuste no valor cabimentado na RI Concurso 1754/2017, por as estimativas para o referido ramo terem sido efetuadas por defeito, sendo que ressalva que a referida correção apenas é possível face à manifesta diferença entre o preço base do procedimento e o valor a adjudicar, situação compensada então pelas diferenças negativas verificadas para todos os restantes ramos do procedimento. Mais se informa que, a rúbrica onerada pelo referido cabimento é também onerada por outros cabimentos, que serão objeto de correção, sendo que, a referida correção é também possível, pois o total dos valores a adjudicar na rúbrica são também eles inferiores ao total do valor base cabimentado na mesma.

Por fim, e neste sentido ainda se clarifica que a referida situação apenas se efetua por quer o valor da proposta quer o valor a adjudicar estejam abaixo do preço base do procedimento. Atendendo a que a despesa do presente procedimento terá um encargo

orçamental nos anos económicos de 2017, 2018 e 2019, a autorização da repartição de encargos prevista nos números 1, 2 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, necessita de autorização do Órgão Deliberativo, a qual foi dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão de 15/09/2017. De igual modo, e dada a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromisso, e atendendo ao disposto na sua alínea c), do número 6, a autorização da assunção do compromisso plurianual, subjacente ao presente procedimento, foi também objeto da autorização prévia, dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão de 15/09/2017.” *A Câmara, por unanimidade e tendo por base o relatório final emitido pelo Júri do Concurso, deliberou: 1) Adjudicar à firma Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., a “Prestação de serviços na área dos seguros pelo período de dois anos”, nos termos da proposta apresentada, no montante de 187.542,76 € (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois euros e setenta e seis cêntimos) isentos de IVA nos termos do número 28, artigo 9º do CIVA; 2) Aprovar a minuta do respetivo contrato a celebrar para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98º do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro). A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

12 – EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA ESTRADA PRINCIPAL (EN 109), POR EMPREITADA – TROÇO ENTRE O KM97+334 E O KM98+221/ VÍTOR ALMEIDA E FILHOS, S.A. / PRORROGAÇÃO DE PRAZO E SUSPENSÃO DA OBRA:-

A Senhora Presidente apresentou à Câmara uma informação prestada em 02/10/2017 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Obras Municipais, do seguinte teor: “Antecedentes: A empreitada foi consignada em 20/01/2017, com prazo de execução de 180 dias. Os trabalhos consistem na construção de passeios em ambos os lados da

EN.109, numa extensão de cerca de 800 metros, incluindo a drenagem de águas pluviais, a passagem da rede aérea de infraestruturas de energia elétrica a subterrânea e outras pequenas intervenções. Após implantar topograficamente o perfil longitudinal das águas pluviais, o empreiteiro informou a fiscalização de que não poderia cumprir com as cotas previstas em projeto, porque, a ser assim, o coletor, a montante, ficaria acima do terreno. Mais informou que, antes de se chegar à linha de água final, o troço, em terrenos privados, onde era previsto descarregar o nosso coletor, tinha manilhas de diâmetro 200mm, francamente insuficiente para o caudal previsto. Posto isto, sem prejuízo de se manter a descarga final na mesma linha de água pública, fez-se um estudo alternativo ao traçado pelos terrenos privados, ficando o troço final do coletor implantado em caminho público. Após a devida tramitação processual, em 2 de maio, foi assinado o contrato de suprimento de erros e omissões. Entretanto, e já com a questão do destino final resolvido, a fiscalização apercebeu-se de que o eixo da EN109 era praticamente plano, dificultando o escoamento até às sarjetas, junto aos lancis. Novamente, os trabalhos sofreram algum atraso de modo a avaliar-se a situação, incluindo a troca de opiniões com a IP. A decisão final foi comunicada ao adjudicatário em 26/06/2017 através do Ofício n.º 7550. Em 06/07/2017, através de email registo n.º 13430 a firma informa que “os trabalhos de execução de passeios do lado Poente (entre o Hotel Arcada e a GALP) estima-se ficarem concluídos até finais do mês de agosto de 2017”. Ao longo destes últimos 2 meses, em que o dono de obra apenas pediu a aplicação de lancis e de “pavê” do lado poente até ao início do posto de combustível GALP, os trabalhos prosseguiram com uma lentidão inexplicável, não cumprindo o prometido e, face à aproximação da época das chuvas, colocando em risco a substituição, a cargo da INOVA, na margem nascente, do coletor de saneamento. A obra deveria ter terminado em 19 de julho. Em 22 de agosto, o Município alertou para

o facto de a obra estar fora de prazo, bem como para a lentidão com que os trabalhos estavam a ser feitos. Em 15/09/2017 recebemos o ofício n.º 18024 a pedir a prorrogação de prazo para a conclusão total da obra por 6 meses. Conclusão: Pese embora a falta de rigor, a forma lenta e displicente como os trabalhos têm decorrido, face ao exposto, mantem-se o parecer de que seja aceite o pedido de prorrogação para conclusão do passeio a poente, mas apenas por 3 meses, ou seja até 17 de outubro, e, como não sabemos exatamente quanto tempo a INOVA demorará na reparação do coletor do lado nascente, propõe-se a suspensão da empreitada após essa data, devendo o empreiteiro apresentar a reformulação do plano dos trabalhos em falta, com reinício imediato após comunicação do dono de obra do término dos trabalhos no coletor de saneamento.” Em 03/10/2017 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que face aos atrasos ocorridos durante a execução da obra, por força do suprimento dos erros e omissões do projeto e à necessidade de intervenção da INOVA do lado nascente da EN 109, justifica-se a prorrogação de prazo da empreitada, que deveria ter sido concluída em 19/07/2017. Contudo, nos termos da informação da Chefe da DOM, será de deferir a prorrogação apenas por 3 meses (metade da prorrogação requerida) para a conclusão do passeio do lado poente, suspendendo-se depois a empreitada por 3 meses para permitir a intervenção da INOVA do lado nascente da via, que deverá ter início a 09/10/2017, com duração prevista de 2 meses. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Chefe da Divisão de Obras Municipais e bem assim, a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo deliberou: 1) Aprovar a prorrogação de prazo a conceder à firma Vitor Almeida e Filhos, S.A., para conclusão do passeio a poente, no âmbito da obra “Execução de passeios na estrada principal (EN 109), por empreitada – Troço entre o KM97+337 e o KM98+221”, até dia 17 de*

outubro de 2017; 2) Suspender a empreitada pelo prazo de 3 meses para permitir a intervenção da Inova, E.M.-S.A., do lado nascente da via, que teve início a 09/10/2017 e com a duração prevista de 2 meses. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos. -----

13 - PROPOSTA DE TOPONÍMIA / DA FREGUESIA DA TOCHA, mail datado de 18/09/2017, solicitando a alteração e inclusão dos nomes nos seguintes arruamentos: Travessa da Lagoa dos Bois para Beco do Mabeco, no lugar de lagoa dos Bois, Travessa do Moleiro para Beco da Marques, no lugar de Inácios e Rua do Pinheiro Manso ao arruamento com início na Rua Principal e término na Avenida Garcia Bacelar. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 27/09/2017, pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “Vem a Junta de Freguesia da Tocha, conforme disposto na alínea w) do ponto 1 do artigo 16º da Lei N.º. 75/2013, apresentar uma proposta, de acordo com o deliberado em reunião do executivo de 13 de setembro de 2017, que visa a alteração de toponímia em dois arruamentos, bem como atribuição de nome a uma rua, nomeadamente (ver mapas): - Alteração da denominação Travessa da Lagoa dos Bois para Beco do Mabeco, na localidade de Lagoa dos Bois; - Alteração da denominação Travessa do Moleiro para Beco da Marques, na localidade de Inácios; - Atribuição da denominação Rua do Pinheiro Manso ao arruamento com início na Rua Principal e término na Avenida Garcia Bacelar. Conforme disposto na alínea ss) do n.º. 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, a referida proposta deverá ser objeto de aprovação em reunião de Câmara. Mais se informa que após aprovação da toponímia em causa, o processo deverá ser encaminhado para os serviços da DURU, para atualização da base de dados SIG, bem como comunicado o seu conteúdo aos CTT, Autoridade Nacional de Proteção Civil, INEM, Bombeiros Voluntários de Cantanhede e Junta de Freguesia da

Tocha.” A Câmara, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea ss) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar as seguintes designações toponímicas na Freguesia da Tocha: Travessa da Lagoa dos Bois para Beco do Mabeco, no lugar de Lagoa dos Bois; Travessa do Moleiro para Beco da Marques, no lugar de Inácios; Rua do Pinheiro Manso – ao arruamento com início na Rua Principal e término na Avenida Garcia de Bacelar, na localidade de Queixada da Raposa. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.----

14 - PROPOSTA DE TOPONÍMIA / NO LUGAR DE VARZIELA / DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANTANHEDE E POCARIÇA, ofício datado de 13/09/2017, remetendo para apreciação desta Câmara, cópia da ata da Assembleia de Freguesia onde foi aprovado o nome de Rua Cruz Dom Pedro com início na Rua Dr. Santos Silva e término na Rua da Fonte, em Franciscas. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 26/09/2017 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “Vem a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça informar que em reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, aprovou por unanimidade, a proposta de Rua Cruz Dom Pedro, para o arruamento com início na Rua Dr. Santos Silva e término na Rua da fonte – Franciscas (ver mapa anexo). Conforme disposto na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, a referida proposta deverá ser objeto de aprovação em reunião de Câmara. Mais se informa que após aprovação da toponímia em causa, o processo deverá ser encaminhado para os serviços da DURU, para atualização da base de dados SIG, bem como comunicado o seu conteúdo aos CTT, Autoridade Nacional de Proteção Civil, INEM, Bombeiros Voluntários de Cantanhede e União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça.” Em 02/10/2017 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que deverá remeter-se à aprovação da Câmara Municipal, pois, nos termos da alínea v) do n.º 1

do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal «estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações». *A Câmara, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea ss) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a designação toponímica de Rua Cruz Dom Pedro, no lugar de Varziela, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, cujo arruamento tem início na Rua Dr. Santos Silva e términus na Rua da Fonte - Franciscas. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

15 - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE NÚMERO DE COMPARTES / NO LUGAR DE VALE PANELA / FREGUESIA DE ANÇÃ / DE ISABEL MARIA SILVA DA

COSTA, requerimento n.º 1604/2017, datado de 29/09/2017, solicitando a emissão de uma certidão de compropriedade referente a um prédio sito no lugar de Vale Panela, Freguesia de Ançã. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 10/10/2017 pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “É requerido parecer, para efeitos do disposto no art.º 54º da lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto e Lei n.º 70/2015, de 16 de julho de 2015, sobre o aumento do número de compartes do seguinte do seguinte prédio rústico: - 855,00 m2, inscrito na matriz sob o artigo 275º, da freguesia de Ançã e descrito na CRP de Cantanhede. Não se vê inconveniente no aumento de número de compartes requerido, para o artigo discriminado, porque não resulta do ato o parcelamento físico da propriedade em violação do regime legal dos loteamentos urbanos.” Naquela mesma data a Chefe daquela Divisão informa que é de certificar nos termos da informação. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, deliberou autorizar a emissão da certidão de aumento de número de compartes, requerida por*

Isabel Maria Silva da Costa, referente a um prédio sito no lugar de Vale Panela, Freguesia de Ançã, inscrito na matriz predial rústica, daquela mesma Freguesia, sob o artigo n.º 275, nos precisos termos do preconizado na referida informação, mandando certificar em conformidade. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

16 - PRÉDIO INSALUBRE / RUA DOUTOR JAIME CORTESÃO, N.º 50 / CIDADE DE CANTANHEDE / UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANTANHEDE E POCARIÇA /

JOSÉ SACARRÃO REQUEJO:- A Senhora Presidente apresentou à Câmara o Auto de Vistoria efetuado no dia 3 de outubro de 2017 ao prédio, sito na Rua Doutor Jaime Cortesão, n.º 50, na cidade de Cantanhede, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, propriedade de José Sacarrão Requejo, do seguinte teor: "No sentido de reavaliar a reclamação de insalubridade para a qual foram realizadas vistorias em 08/11/2016 e 23/05/2017, remetido novamente à comissão de vistorias após solicitação da Junta de Freguesia, deslocou-se ao local em 03/10/2017, pelas 9:30 horas, e emite o seguinte parecer: A comissão de vistorias teve acesso ao interior do prédio e constatou que a situação que se verificava na vistoria de 23/05/2017, já havia sofrido alterações porquanto não se verificou a monitorização regular do desenvolvimento da espécie. O prédio a esta data apresenta uma densa vegetação, que apesar de ter sido recentemente intervencionada, representa um foco de insalubridade para o local. Face ao exposto, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, propõe-se que a Câmara Municipal determine a execução das obras necessárias à correção das más condições de insalubridade, designadamente: Limpeza geral do terreno eliminando a vegetação invasora existente, de forma a garantir adequadas condições de salubridade." A Câmara, por unanimidade e tendo por base o auto elaborado pela

Comissão de Vistorias, deliberou: 1) Notificar o Sr.º José Sacarrão Requejo, proprietário do imóvel sito na Rua Dr. Jaime Cortesão, n.º 50, na cidade de Cantanhede, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça para no prazo de 30 dias proceder à limpeza do terreno eliminando a vegetação invasora existente, de forma a garantir adequadas condições de salubridade; 2) Dar conhecimento da presente deliberação à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

17 - ATIVIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS APOIADAS PELA CÂMARA E A REALIZAR NO PERÍODO DE 17 DE OUTUBRO A 7 DE NOVEMBRO

DE 2017:- a Senhora Presidente apresentou à Câmara uma relação dos eventos culturais, recreativos e desportivos a realizar no período de 17 de outubro a 7 de novembro de 2017 e que contam com o apoio da Autarquia. A Câmara tomou conhecimento.-----

-----Não havendo assunto algum mais a tratar e sendo 16h30 horas, a Senhora Presidente, declarou encerrada a reunião, lavrando-se para constar a presente ata.----